

A Municipalização do Grande Hotel em Pelotas/RS vista por dois Órgãos da Imprensa: Diário Popular e O Libertador

Dalila Müller
UFPel/UNISINOS

Resumo: Em 1928 começa a funcionar o Grande Hotel em Pelotas, um “melhoramento da mais alta significação para o desenvolvimento de um grande centro como é Pelotas”. Para sua construção forma-se a Companhia Grande Hotel, com 21 empreendedores e mais de 300 acionistas. Durante sua construção a Companhia passa por dificuldades financeiras, elaborando uma proposta de municipalização apresentada ao Intendente. Dois jornais se posicionam com mais ênfase sobre o processo: o Diário Popular, órgão do Partido Republicano Rio-Grandense e O Libertador, órgão dos opositores, reunidos na Aliança Libertadora, o primeiro a favor e o segundo contra a operação. Este trabalho faz uma análise inter-jornais, ou seja, faz um estudo comparativo entre esses dois jornais frente ao tema da municipalização, para tal utiliza-se o método da análise de conteúdo.

Palavras-chave: Pelotas; Imprensa; Hotelaria.

Introdução

No início da década de 1920, Pelotas está se modernizando e, com o objetivo de dotá-la de “melhoramentos da mais alta significação”, surge a idéia da construção de um grande hotel na cidade.

O hotel tinha por objetivo suprir as necessidades de hospedagem para atender os inúmeros visitantes nacionais e estrangeiros e demais pessoas que visitavam e passavam pela cidade. Pelotas atraía vários visitantes e era um ponto de passagem para aqueles que se deslocavam para o interior, devido á sua pujante e crescente riqueza.

O trabalho de construção do hotel começa em maio de 1925 e termina em 1927. Porém, durante as obras, chega a crise na cidade e a Companhia Grande Hotel de Pelotas, responsável pelo empreendimento, passa por dificuldades financeiras. Inicialmente a Companhia faz um empréstimo, porém, aventa-se a possibilidade da venda do hotel para particulares ou para a Municipalidade.

A repercussão alcançada pela construção e municipalização do Grande Hotel foi grande, os jornais dedicam grandes espaços para os acontecimentos e para sua análise. O Diário Popular divulga 74 notícias sobre a idéia e construção do hotel, a partir de 1921, incluindo notícias do andamento da obra, convocações e atas de assembléias e da inauguração. Sobre o processo de municipalização, na maioria das vezes para se defender das acusações do Libertador, publica 09 notícias, a maioria delas ocupando grande espaço na primeira ou segunda folha do jornal, divulgando seus argumentos a favor do processo.

O Libertador começa a divulgar notícias sobre o Grande Hotel no início de 1926, totalizando 52 notícias, inicialmente elogiando a sua construção: “[...] ‘O Libertador’ órgão da oposição e dos interesses geraes do povo de Pelotas, applaude entusiasticamente a construção do Grande Hotel [...]”¹ e publicando anúncios sobre sua construção, assembléias e atas, entre outros; em novembro de 1927, com a notícia da possível compra do hotel pelo Município, inicia uma série de reportagens (27) contrárias á municipalização. Após a municipalização, continua divulgando notícias do hotel, agora sobre sua inauguração e diversas atividades sociais realizadas no mesmo.

Alheio as discussões provocadas, o hotel é municipalizado em abril de 1928, sendo arrendado e inaugurado no dia 20 do mesmo mês.

Este trabalho visa analisar a municipalização do Grande Hotel a partir dos jornais Diário Popular e O Libertador². Na década de 1920 circulavam em Pelotas três jornais diários, os dois anteriormente citados e o Opinião Pública.³ Este último não se envolveu no caso da municipalização do hotel.

Os jornais vêm sendo utilizados cada vez mais como fontes históricas, porém, considera-se importante traçar as principais características dos órgãos de imprensa consultados, uma vez que, parte-se da hipótese de que a imprensa sempre age no campo político-ideológico, organizando os acontecimentos e informações segundo seu próprio filtro.⁴

¹ O Libertador, 05.02.1926, p. 1.

² As informações para este trabalho foram pesquisadas em 2003. Os exemplares dos jornais estão disponíveis no CDOV da Biblioteca Pública Pelotense, Pelotas.

³ GARCIA, Sônia Tavares e LONER, Beatriz Ana. Relação de Jornais Existentes na Biblioteca Pública Pelotense. *História em Revista*. Dossiê Historiografia. Vol. 6, NDH/ICH/UFPel, Pelotas, p. 1-24, dezembro de 2000.

⁴ ZICMAN, Renée Barata. História através da Imprensa – Algumas considerações metodológicas. Projeto História. Nº. 4, PUCSP, São Paulo, junho de 1985. p. 89-102.

Outra questão importante é que, quando se trabalha com a fonte jornalística, se trabalha com o que se tornou notícia. É preciso levar em conta o destaque conferido ao tema, bem como o local de sua publicação.⁵

Para o período que se trabalha, a imprensa era, segundo Zicman, substancialmente política, a chamada imprensa de opinião. “Esta imprensa tinha características claramente políticas e apaixonadas, ultrapassando a simples função de ‘espelho da realidade’ para tornar-se um instrumento ativo de opinião pública.”⁶ Nos dois jornais pesquisados, é possível perceber as características da imprensa de opinião. Os articulistas exprimem sua opinião acerca da construção e, principalmente, da municipalização do hotel, baseados em noções morais e valores que consideram fundamentais à sua própria sociedade. Essas opiniões se diferenciam, o que se observa claramente, conforme a opção política do jornal.

O jornalismo político-partidário que predominou até a década de 1930, desenvolveu a concepção de que o papel dos jornalistas era essencialmente opinativo, veiculando matérias opinativas sobre questões públicas, comentários ideológicos e polêmicas com adversários, com um forte cunho doutrinário.⁷

O jornal Diário Popular, criado em 27 de agosto de 1890 por Theodozio de Menezes e sua equipe, foi o jornal oficial do Partido Republicano Rio-Grandense em Pelotas. Embora fundado para ser independente de qualquer partido, poucos meses depois foi vendido ao PRR, a partir daí subordinando-se às diretrizes partidárias e aos seus chefes locais. O Diário Popular vai apresentar uma grande estabilidade, representando, sempre, os interesses da situação na cidade, que será governada praticamente sem interrupções pelo PRR.⁸ O jornal Diário Popular está em funcionamento até os dias atuais.

Já o jornal “O Libertador” iniciou suas atividades em 02 de fevereiro de 1924, como órgão dos opositoristas, reunidos na Aliança Libertadora. O Libertador ficará sempre sob a tutela do partido. Este jornal foi fechado em 1937, quando o Estado Novo aboliu os partidos políticos e decretou o fechamento de vários jornais partidários.⁹

⁵ LUCA, Tânia Regina de. Fontes Impressas. História dos, nos e por meio dos periódicos. In.: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

⁶ ZICMAN, op. cit., p. 91.

⁷ RÜDIGER, Francisco. *Tendências do Jornalismo*. 3.ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

⁸ LONER, Beatriz Ana. Jornais Pelotenses Diários na República Velha. *ECOS Revista*. Pelotas: Universidade Católica de Pelotas/EDUCAT, v. 2, n. 1, abril 1998, p. 5-34.

⁹ Idem.

Neste trabalho faz-se uma análise inter-jornais, ou seja, um estudo comparativo de tendências de diferentes jornais frente ao tema da municipalização do Grande Hotel. Utiliza-se o método da análise de conteúdo temática:

Este método interessa-se pelo significado dos discursos independentemente de sua forma lingüística, centrando-se na análise do conteúdo dos discursos. Desenvolve-se a partir de temas ou itens de significação relativos a um determinado objeto de estudo e analisados em termos de sua presença e frequência de aparecimento nos textos analisados. Revela-se especialmente interessante [...] num estudo sobre as atitudes da Imprensa frente a um determinado fato.¹⁰

Inicialmente definiu-se o campo de observação, neste caso, a análise da imprensa, de dois jornais de posições político-ideológicas diferentes, especificamente os artigos que dizem respeito ao Grande Hotel de Pelotas. Posteriormente foram definidas as categorias de análise privilegiando a posição do jornal frente ao tema deste estudo, englobando quatro aspectos: positiva, negativa, neutra e ambivalente.¹¹

As categorias de análise foram: as justificativas da construção do hotel; elogios ao processo e aos empreendedores; argumentos contrários à municipalização; e, argumentos a favor da municipalização.

A Municipalização do Grande Hotel

Pode-se dizer que a construção do Grande Hotel representou a maioria da hotelaria pelotense, uma vez que este hotel foi instalado em um prédio construído especificamente para a hospedagem, com grandes dimensões e diferenciadas condições de conforto comparado aos hotéis existentes na cidade na época.¹²

No início da década de 1920 o então intendente, Pedro Luis Osório, lança a idéia da construção de um grande hotel modelo em Pelotas. O mesmo solicita a participação da

¹⁰ ZICMAN, op. cit., p. 95.

¹¹ Positiva – informação favorável ao tema; Negativa – informação desfavorável ao tema; Neutra – informação sem conotação de favorabilidade; Ambivalente – informação que não explicita a posição do jornal sobre o tema. Idem, p. 97.

¹² MÜLLER, Dalila. *A Hotelaria em Pelotas e sua relação com o Desenvolvimento da Região: 1843 a 1928*. 2004. 158 f. Dissertação (Mestrado em Turismo). Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul.

população na compra de ações, através do jornal Diário Popular, órgão oficial do governo.¹³ Desse modo, obtem-se a subscrição de 354 acionistas¹⁴ e escolhe a comissão que será responsável pela “[...] organização dos estatutos e emprego das quantias recebidas, como também a escolha do local, direcção dos trabalhos de construção fixação exacta do capital e outras providencias inadiáveis [...]”¹⁵.

Forma-se a Companhia Grande Hotel, constituída por 21 empreendedores, entre eles Pedro Luiz Osório e Augusto Simões Lopes, intendentos no período estudado. O terreno na esquina da Praça da República (Praça Cel. Pedro Osório), com Gen. Victorino (Anchieta) foi cedido.

A construção do hotel se beneficiou de três leis: a Lei Federal Nº. 4.440, de 1921 concedia isenção de impostos aduaneiros ao material e objetos que fossem destinados á instalação de hotéis; a Lei Estadual Nº. 222, de 1917, garantia a isenção de impostos de indústria e profissões, por 15 anos, para os hotéis modelos que fossem construídos no Estado – em edifícios específicos para esta finalidade e cujo custo, sem mobiliário, fosse superior a mil contos de reis (1.000:000\$000). A Lei municipal nº 124 de 1919 previa uma isenção de taxas durante 20 anos para quem edificasse e explorasse um hotel na cidade de acordo com o Código de Construções, cujo valor fosse no mínimo de 600:000\$000.¹⁶

Em 1924, é lançado um concurso público para a escolha do projeto a ser edificado, concorrendo vários projetos. É aprovado o ante-projeto do engenheiro civil rio-grandense Theóphilo Borges de Barros¹⁷. A construção do prédio é contratada com o próprio Theóphilo de Barros¹⁸, começando em 1925¹⁹.

Theóphilo de Barros era titular da Diretoria de Obras Públicas do Estado, positivista e membro do Partido Republicano Rio-Grandense. Foi ele que atuou na execução do prédio do “A Federação”, também um jornal do PRR, onde funcionava as oficinas da folha republicana e a própria sede do partido.²⁰ Pode-se perceber que o projetista e construtor do Grande Hotel era membro do mesmo partido que diversos acionistas da Companhia e do poder público.

¹³ Diário Popular, 31.03.1921, p. 3.

¹⁴ PROSPECTO DA COMPANHIA GRANDE HOTEL DE PELOTAS. Pelotas: Off. Typ. do Diário Popular, 1922, p. 7-15.

¹⁵ Diário Popular, 24.11.1921, p. 1.

¹⁶ PROSPECTO DA COMPANHIA GRANDE HOTEL DE PELOTAS, op. cit., p. 1-2.

¹⁷ MUNICÍPIO DE PELOTAS. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente Dr. Augusto Simões Lopes em 20 de setembro de 1925*. Porto Alegre, S. Maria e Pelotas: Livraria do Globo – Barcellos, Bertaso e Cia., 1925, p. 42.

¹⁸ MUNICÍPIO DE PELOTAS, 1925, op. cit., p. 42.

¹⁹ Diário Popular, 16.05.1925, p. 1.

²⁰ RÜDIGER, op.cit., p. 13.

Destaca-se ainda, que durante todo o período da construção e inauguração do Grande Hotel, os intendentess eram do mesmo PRR.

Em meados dos anos 1920 Pelotas perde seu posto de cidade em permanente expansão. Surgem os frigoríficos no Rio Grande do Sul, o que provoca uma queda de produtividade do charque – principal atividade econômica de Pelotas; o aumento do preço do gado, matéria prima das charqueadas, e do charque e a concorrência com os estados de Minas gerais e São Paulo contribuíram para a crise das charqueadas em Pelotas. A descapitalização da região também contribuiu para a crise.

Pelotas e Porto Alegre se equiparavam, em desenvolvimento, durante o império. “Mas em 1927, do total das receitas arrecadadas pelos municípios gaúchos, Porto Alegre participará com 43,2%, em primeiro lugar; Pelotas, mesmo em segundo lugar, terá um índice de 6,5%.”²¹ Observa-se ai, a queda no desenvolvimento da cidade de Pelotas na década de 1920.

Em meio a esta crise econômica surge também a crise na Companhia Grande Hotel. Em 1925 foram realizadas várias chamadas de aumento de capital²²; em maio de 1926 a diretoria da Companhia contraiu um empréstimo nos bancos Pelotense e da Província.²³

Em 1927 acha-se aberta a subscrição de novas ações.²⁴ Mesmo com esses esforços de adquirir dinheiro e manter o empreendimento, a Companhia não consegue superar as dificuldades, levantando a possibilidade de venda do hotel.

Analisando as reportagens de 1921 até 1927, ou seja, antes da discussão sobre a municipalização, observa-se que as reportagens de ambos jornais contemplam, inicialmente, as justificativas favoráveis para a construção do hotel.

O Diário Popular ressalta, em quase todas as reportagens, que será um empreendimento para o desenvolvimento da cidade. Fica claro que as idéias sobre a construção do hotel se fundamentam no estágio de progresso da cidade, que atrai um grande número de pessoas e viajantes e na possibilidade de trazer recursos para a cidade.²⁵

²¹ MAGALHÃES, Mário Osório. *Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890)*. 2.ed. Pelotas: EDUFPel/ Co-edição Livraria Mundial, 1993, p. 296.

²² Diário Popular, 23.05.1925, p. 4; 23.09.1925, p. 7; 03.12.1925, p. 7; e, 04.12.1925, p. 6.

²³ Diário Popular, 20.02.1927, p. 7.

²⁴ O Libertador, 22.02.1927, p. 3.

²⁵ Diário Popular, 25.01.1921, p. 2; 19.12.1922, p. 1.

Nas reportagens do Diário Popular, o intendente é sempre ressaltado como que agindo pelo “bem maximo da collectividade pelotense”²⁶, atuando para o desenvolvimento da cidade, contribuindo para a melhoria do município.

Em fevereiro de 1926 surge a primeira notícia da construção do Grande Hotel no jornal O Libertador. Antes da notícia da municipalização, veiculada em novembro de 1927, todas as reportagens do jornal sobre o empreendimento, são favoráveis, enaltecendo a idéia do projeto e sua construção, justificada, também, pelo progresso da cidade. O próprio jornal parabeniza os empreendedores “é com grande satisfação que batemos palmas aos distintos cavalheiros”²⁷ e solicita a participação da população pelotense, através da compra de ações.

Grande Hotel de Pelotas. [...] faltava um estabelecimento no genero digno de nota, compativel com o desdobrar vertiginoso da cidade, lacuna essa que será preenchida de forma notável com a ultimação do grandioso empreendimento. [...] algo que espelhe a sua grandeza laboriosa, [...], marco progressista [...] tão gigantesco empreendimento, que satisfará uma velha e legitima aspiração de Pelotas – qual seja a de possuir um hotel de accordo com o desdobramento diuturno da sua pujante e crescente riqueza [...] Conta para isso, antes de tudo, com o apoio decidido do povo de Pelotas, a quem beneficiará directamente a grande obra. [...] ‘O Libertador’ [...] applaude entusiasticamente a construcção do Grande Hotel e dirige-se destas columnas, despido de pendores partidarios (pois a politica individual deve ceder o passo á fecunda politica dos reaes interesses da collectividade) á população de Pelotas, fazendo-lhe um appello para que ela coadjuve de forma positiva, material [...].²⁸

Em 05 de outubro de 1927 é divulgada a primeira notícia sobre o arrendamento do hotel, quando a Companhia começa a receber as propostas para tal.²⁹ Em novembro de 1927 surge “o boato estravagante” da municipalização, divulgado pelo Libertador.

O Libertador, em 18 de novembro de 1927, coloca em dúvida a efetivação da municipalização e diz não acreditar que partiu do intendente ou do conselho. Se realmente

²⁶ Diário Popular, 19.12.1922, p. 1.

²⁷ O Libertador, 03.07.1926, p. 4.

²⁸ O Libertador, 05.02.1926, p. 1.

²⁹ O Libertador, 05.10.1927, p. 3.

acontecesse, “teríamos a municipalidade a fazer o papel de indenizadora de prejuízo a particulares em negócios mal-sucedidos”³⁰.

A primeira reportagem do Libertador é respondida através de uma carta do superintendente geral da Companhia. Este justifica que o Grande Hotel “não é um empreendimento de capitalistas, mas de uma obra colectiva, nasceu de uma subscrição popular [...] correspondendo assim, ás antigas aspirações da população”³¹. A primeira justificativa é de que o Grande Hotel é uma obra coletiva, popular e de necessidade para a cidade.

1928 é o ano em que as disputas entre os dois jornais começam a ficar acirradas. No início do ano, o Diário Popular divulga uma ata da assembléia geral da Companhia realizada em dezembro de 1927, na qual cogita-se a possibilidade de municipalização do hotel, a qual deverá ser apresentada ao Intendente.³² Desse modo, fica oficializada a intenção de municipalização. Nesta reportagem, o Diário Popular já começa seus argumentos favoráveis: justifica a municipalização através de exemplos ocorridos em “várias cidade do Brasil e do estrangeiro”; e, por ser uma aspiração coletiva á altura do progresso de Pelotas.

Em janeiro de 1928 o Libertador começa uma série de 11 reportagens argumentando contra a municipalização. A maioria destas reportagens é publicada na primeira página.

A primeira argumentação refere-se “a questão moral” da transação, pois:

aparecem como partes interessadas o proprio Intendente, o vice-intendente, o presidente do Conselho e outros conselheiros municipaes, o chefe ostensivo e diversos proceres do situacionismo local. Todos esses cavalheiros são accionistas do Grande Hotel [...]³³

O Libertador ressalta que é contrário à municipalização mesmo tendo membros da Junta Libertadora como acionistas, pois, “estamos batendo contra o interesse particular de caros correligionários, accionistas do hotel [...] [mas] defendemos a boa causa, a do interesse público, sobrelevante aos demais”.³⁴

Se moralmente a transação não se justificaria, como negócio também não. Esta é a segunda argumentação contrária do jornal, que apresenta uma série de cálculos para defender

³⁰ O Libertador, 18.11.1927, p. 1.

³¹ O Libertador, 22.11.1927, p. 1.

³² Diário Popular, 03.01.1928, p. 6.

³³ O Libertador, 04.01.1928, p. 1.

³⁴ O Libertador, 06.01.1928, p. 1.

seu argumento. Para ele, o hotel deveria ir à concorrência e se necessário fosse, a Intendência interviria, pagando um preço mais baixo pelo hotel.³⁵

Após considerar negativamente a questão moral e financeira da municipalização, O Libertador levanta as condições precárias dos serviços essenciais básicos na cidade, dos altos impostos cobrados, do salário do funcionalismo:

Um municipio que arranca mais de 6 mil contos de receita ao contribuinte, crucificando-o sob taxas elevadissimas, [...]; um municipio que não dispõe ainda de uma rede de água sufficiente [...]; um municipio que não tem estradas, nem mesmo os arredores da cidade – não pode alimentar a fantasia de comprar um hotel de luxo [...].³⁶

O Libertador ressalta que a maioria da população é contrária à municipalização, sendo raros os que a apóiam.³⁷ O jornal também se utiliza de uma reportagem feita pelo Correio do Rio de Janeiro para justificar sua posição contrária, o qual repudia a municipalização de um hotel,³⁸ Pode-se supor que este tipo de transação não era prática comum na época.

Com estas justificativas, O Libertador busca mostrar que o Grande Hotel não representa os interesses da coletividade, como o Diário Popular enfatizava desde a sua concepção, mas que existem outras necessidades mais urgentes que não estão sendo satisfeitas.

A primeira “resposta” do Diário Popular contesta as críticas feitas à situação da cidade e elogia a administração do atual intendente, ou seja, somente se defende, não apontando argumentos positivos para a municipalização:

[...] Pelotas vae dispôr com a aquisição do Palacete Ritter de notavel Instituto de Hygiene, a Municipalidade [...] escolas tem fundado nos districtos ruraes e na cidade, [...] fez augmento sensivel da força publica [policimento], [...] na região rural manteve a conservação das estradas [...], construiu pontes, de elevado valor, pontilhões e boeiros, [...] vem de realizar um emprestimo externo de mais de oitocentos mil dollares destinado á obras publicas de saneamento e outras complementares: quando augmentou o calçamento da cidade [...]; quando vem de contractar a applicação de 5 mil contos no calçamento e recalçamento da nossa urbs, e canalisação de um

³⁵ O Libertador, 09.01.1928, p. 1.

³⁶ Idem.

³⁷ O Libertador, 11.01.1928, p. 1.

³⁸ O Libertador, 13.01.1928, p. 2.

trecho do Santa Barbara, [...] argucia e operosidade do Dr. Augusto Simões Lopes, que vae solucionar ainda, os dois grandes commetimentos do matadouro modelo e do entreposto do leite, tão ligados á hygiene publica.³⁹

Somente em abril de 1928 o Diário Popular se pronuncia a respeito da municipalização, destacando que o intendente encaminhou a proposta ao Conselho Municipal, a qual foi aprovada por maioria de votos, “entre os quaes o do digno representante opposicionista”. A Lei nº 204 de 31 de Dezembro de 1927, promulgada pelo Acto nº 1.668, autorizou o executivo a realizar a municipalização, sob duas condições: verificação do valor real do prédio e da legalidade da operação.⁴⁰

Neste mesmo dia, o jornal expõe seus argumentos positivos à operação: que a iniciativa foi do intendente, que encetou a subscrição pública e organizou a empresa, sentindo-se responsável pela obra; continua justificando por ser uma obra de interesse de toda a coletividade, de utilidade publica, pois “Accresce que os hoteis modernos são elemento de boa hygiene, concorrendo para os saneamentos das cidades. D’ahi o serem considerados obras de utilidade publica, gozarem de favores especiaes.”⁴¹; e que vai ao encontro do grau de desenvolvimento da cidade.

[...] trata-se de uma obra eminentemente social, na qual foi interessada toda a collectividade [...] de utilidade publica [...] nos hoteis reside uma das fontes maiores de progresso. Váe assim essa lacuna, que era a falta de um vasto e moderno hotel, ser preenchida em Pelotas, graças á iniciativa da Municipalidade que, lançando a idéa em 1922, encaminhando-a, vem amparal-a, agora, dando ao problema a solução que se impôz. [...] O Grande Hotel, [...] recommendará o grau crescente de desenvolvimento de Pelotas, attenderá as exigencias da sua civilização, a prosperidade do Sul do Estado, correspondendo ao conforto dos forasteiros.⁴²

Também argumenta com exemplos de municipalizações no país e no Prata “que para dotarem suas cidades de hoteis na altura da civilização os subvencionam, os constroem e até os exploram.”⁴³

³⁹ Diário Popular, 21.01.1928, p. 1.

⁴⁰ Diário Popular, 08.04.1928, p. 1.

⁴¹ Diário Popular, 14.04.1928, p. 1.

⁴² Idem.

⁴³ Diário Popular, 08.04.1928, p. 1.

Todos os argumentos citadas anteriormente são consideradas para justificar a compra do hotel, que é municipalizado através do Ato 1701, em 07 de abril de 1928.⁴⁴

À divulgação da compra do hotel, O Libertador expõe novamente seus argumentos contrários: “É a mania de grandeza, a mania de fingir opulência. Passa-se fome mas anda-se de cartola. Cultiva-se o luxo, e desdenha-se do essencial. [...] Os 80 commodos do hotel, para o gozo dos hóspedes que ali irão, valem mais do que a necessidade dos 100 mil habitantes do município.”⁴⁵ Assim, procura reforçar a idéia de que as necessidades básicas do município não estão satisfeitas, mas tem-se um hotel de luxo.

O Libertador considera ainda que a municipalização de um hotel é um empreendimento importante para localidades turísticas. “Mas, Pelotas? Onde estão nossas bellezas naturaes, as excellencias do nosso clima, os atractivos indispensáveis ao turismo? Os turistas correriam até o perigo de serem triturados pelas legiões de mosquitos [...]”⁴⁶ Conclui dizendo “Não há como o justificar, senão pelo amparo à empreza e aos que nella se complicaram.”

A esses argumentos, o Diário Popular responde, destacando características da cidade como receptora de turistas, com belezas naturais, argumentando que há um desconhecimento da importância de Pelotas e um desamor pela terra por parte do redator do O Libertador.

[...] Pelotas, centro para onde afflue a vida, em grande parte do sul do Estado e mesmo ás Republicas do Prata. Esse movimento é grande; intenso é o número de excursionistas em visita ao Rio Grande do Sul, tendo Pelotas recentemente merecido a honra de acolher caravanas civicas. Tres presidentes da Republica visitaram Pelotas, [...] Pelotas não é uma aldêa; mas um rico centro commercial, [...].⁴⁷

Sobre a questão dos “mosquitos” na cidade, o jornal também justifica que eles são comuns aos centros mais adiantados e que, com as obras públicas efetuadas pela Municipalidade, vão se extinguindo.⁴⁸

Para finalizar, o Diário Popular justifica que pagou o preço justo, pois, “foi porque teve a iniciativa da obra, entregou-a uma comissão incorporadora, a qual sob o prestígio da

⁴⁴ Idem.

⁴⁵ O Libertador, 09.04.1928, p. 1.

⁴⁶ Idem.

⁴⁷ Diário Popular, 11.04.1928, p. 1.

⁴⁸ Diário Popular, 14.04.1928, p. 1.

Intendencia organizou a empresa; e, não lhe ficaria bem um procedimento incorreto de usura ou de exploração do capital que ella mesmo angariou ao lançar o commettimento”.⁴⁹

Dia 20 de abril foi inaugurado o Grande Hotel, cuja comemoração foi comentada por ambos jornais. O Diário Popular publicou os discursos nos quais foram reafirmados os argumentos favoráveis do jornal, anteriormente citados.

Mesmo após a municipalização e a inauguração do hotel a “disputa” ainda continuou. O Libertador comenta que ficou sacramentada a municipalização, caracterizando a operação de “desastre”. O Diário Popular ainda responde ao opositor, contradizendo seus argumentos, principalmente no que se refere às questões financeiras.⁵⁰

Esta seria a última notícia da municipalização do hotel, as demais se referem aos eventos realizados no mesmo. O hotel tornou-se palco de grandes comemorações, banquetes, festas da sociedade pelotense, local onde demonstrava sua riqueza e cultura. O hotel se transformou no símbolo mais expressivo da modernização de Pelotas.

Considerações Finais

Cada jornal, de acordo com a conjuntura histórica e, principalmente, segundo as convicções e conveniências de seus responsáveis, no caso, vinculados aos partidos políticos, estabelece suas próprias formações discursivas a respeito da realidade.

Nos dois jornais – *Diário Popular* e *O Libertador* –, através de diferentes estratégias discursivas, as disputas entre republicanos e libertadores se fez presente. Percebe-se que o Diário Popular, sendo um órgão oficial do governo, busca enaltecer a construção do hotel e a atitude do Intendente. Destacando, sempre, que o empreendimento é uma obra coletiva, de importância para o desenvolvimento e progresso da cidade, que recebe muitos “turistas” devido á sua riqueza material e cultural. Considera a Municipalidade responsável pela obra desde a sua concepção, por isso é justa a sua aquisição.

Já o Libertador, jornal ligado à oposição, levanta como principais argumentos negativos a questão moral e financeira da transação e a não satisfação das necessidades básicas da população. Fica evidente, a partir deste caso específico, as características político-partidários dos jornais.

⁴⁹ Diário Popular, 15.04.1928, p. 1.

⁵⁰ Diário Popular, 28.04.1928, p. 1.

Também se evidencia que a imprensa da época era uma “imprensa de opinião”. No discurso do Diário Popular percebe-se uma atitude de exaltação e contínua aprovação às atitudes tomadas pela municipalidade, enquanto que no Libertador, percebe-se constantes críticas às ações do governo, neste caso específico, sobre sua atitude frente à municipalização do hotel.

O hotel continuou sendo da Municipalidade e arrendado, por Caetano Bianchi até 1940 e pela firma P. Zabaletta & Cia até 1962, quando foi comprado por Pedro Elba Zabaletta. Este permaneceu com o hotel até 2002, quando foi novamente comprado pela Prefeitura Municipal de Pelotas, mas não mais utilizado para hospedagem.

Referências Bibliográficas

GARCIA, Sônia Tavares e LONER, Beatriz Ana. Relação de Jornais Existentes na Biblioteca Pública Pelotense. *História em Revista*. Dossiê Historiografia. Vol. 6, p. 1-24, NDH/ICH/UFPel, Pelotas, dezembro de 2000.

LONER, Beatriz Ana. Jornais Pelotenses Diários na República Velha. *ECOS Revista*. Pelotas: Universidade Católica de Pelotas/EDUCAT, v. 2, n. 1, p. 5-34, abril 1998,.

LUCA, Tânia Regina de. Fontes Impressas. História dos, nos e por meio dos periódicos. In.: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

MAGALHÃES, Mário Osório. *Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890)*. 2.ed. Pelotas: EDUFPel/Co-edição Livraria Mundial, 1993

MÜLLER, Dalila. *A Hotelaria em Pelotas e sua relação com o Desenvolvimento da Região: 1843 a 1928*. 2004. 158 f. Dissertação (Mestrado em Turismo). Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul.

RÜDIGER, Francisco. *Tendências do Jornalismo*. 3.ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

ZICMAN, Renée Barata. História através da Imprensa – Algumas considerações metodológicas. *Projeto História*. São Paulo: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História – PUCSP, nº. 4, junho de 1985, p. 89-102.